


Simpar S.A.

CNPJ nº 07.415.333/0001-20 — NIRE 35.300.323.416

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de janeiro de 2026

**1. Data, Hora e Local:** Realizada em 21 de janeiro de 2026, às 8 horas, na sede social da Simpar S.A. (“Companhia” ou “Fiadora”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1.017, conjunto 101, 10º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04530-001. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, que participaram por videoconferência, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Adalberto Calil - Presidente; Maria Lúcia de Araújo - Secretária. **4. Ordem do Dia:** Examinar e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** nos termos do Artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, a prestação e constituição, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança solidária, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela **Original Veículos S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 60.894.136/0001-14 (“Emissora”), no âmbito da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, no valor total de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), a qual será objeto de oferta pública, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e das demais disposições legais aplicáveis (“Oferta”), com intermediação de determinada instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Original Veículos S.A.*”, a ser celebrado entre a Emissora, a Fiadora e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (“Debenturistas”, “Agente Fiduciário”, “Escritura de Emissão” e “Fiança”, respectivamente); **(ii)** a autorização e delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização Emissão e da Oferta, bem como à prestação e constituição da Fiança, incluindo mas não se limitando, à celebração dos seguintes contratos e seus respectivos aditamentos, caso necessário: **(a)** do “*Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito Automático de Registro de Distribuição, da 2ª (Segunda) Emissão da Original Veículos S.A.*”, a ser celebrado entre a Emissora, o Coordenador Líder e a Fiadora (“*Contrato de Distribuição*”); e **(b)** a Escritura de Emissão; e/ou **(c)** dos demais documentos e seus eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e da Oferta; e **(iii)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Diretoria da Companhia ou por seus procuradores, para a consecução da Emissão e/ou da Oferta. **5. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, aprovaram: **(i)** a outorga da Fiança, pela Companhia, no âmbito da Emissão, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, incluindo o Valor Garantido (conforme definido abaixo), as quais contam com as características principais descritas abaixo, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e facultades de exoneração de qualquer natureza previstos em lei, conforme disposto na Escritura de Emissão: **(a) Número da Emissão:** a Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora; **(b) Série:** a Emissão será realizada em série única; **(c) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) (“*Valor Total da Emissão*”); **(d) Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, exclusivamente para Investidores Profissionais (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), nos termos da Lei de Valores Mobiliários, da Resolução 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a intermediação do Coordenador Líder, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade do Valor Total da Emissão, nos termos do Contrato de Distribuição; **(e) Distribuição Parcial:** não será admitida a distribuição parcial das Debêntures; **(f) Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** as Debêntures serão depositadas para: **(i)** distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e **(ii)** negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(g) Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela definida na Escritura de Emissão (“*Data de Emissão*”); **(h) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures; **(i) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 (mil reais) (“*Valor Nominal Unitário*”); **(j) Prazo e Data de Vencimento:** ressalvas as hipóteses de vencimento antecipado ou de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data prevista na Escritura de Emissão (“*Data de Vencimento*”); **(k) Destinação de Recursos:** os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão integralmente destinados à administração de risco (*liability management*) da Emissora, mediante a aquisição parcial, pela Emissora, de debêntures de sua 1ª (primeira) emissão, emitidas nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito Automático de Registro de Distribuição, da Original Veículos S.A.*”, a ser realizado na data da Primeira Data de Integralização (conforme definida abaixo); **(l) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; **(i)** na primeira data de integralização das Debêntures (“*Primeira Data de Integralização*”), pelo Valor Nominal Unitário; e **(ii)** caso não ocorra a subscrição e a integralização da totalidade das Debêntures na Primeira Data de Integralização, o preço de subscrição e integralização para as Debêntures que forem integralizadas após a Primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a efetiva Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 (“*Preço de Subscrição*”). Sobre o Preço de Subscrição poderá incidir ágio ou deságio, a exclusivo critério do Coordenador Líder, a ser definido no ato de subscrição das Debêntures, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou deságio, será o mesmo para todas as Debêntures integralizadas em uma mesma data. Em relação às integralizações realizadas em Datas de Integralização diferentes, eventual ágio ou deságio poderá ser aplicado de forma diferente em cada Data de Integralização. A aplicação do ágio ou deságio será realizada em função de condições objetivas de mercado, incluindo, mas não se limitando a: **(i)** alteração na taxa SELIC; **(ii)** alteração na remuneração dos títulos do tesouro nacional; **(iii)** alteração na Taxa DI; ou **(iv)** alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para fins da Escritura de Emissão, “*Data de Integralização*” significa a data em que ocorrer a efetiva subscrição e a integralização das Debêntures; **(m) Data de Início da Rentabilidade:** para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade das Debêntures será a Primeira Data de Integralização (“*Data de Início da Rentabilidade*”); **(n) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Debêntures:** as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão). Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela B3, em nome do titular das Debêntures (“Debenturista”), quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3; **(o) Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária; **(p) Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora; **(q) Desmembramento:** não será admitido o desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **(r) Atualização Monetária das Debêntures:** o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, não será atualizado monetariamente; **(s) Remuneração das Debêntures:** sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra-grupo*, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página de *Internet* ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“*Taxa DI*”), acrescido exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 2,55% (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“*Remuneração*”). A Remuneração será calculada de acordo com a forma a ser prevista na Escritura de Emissão; **(t) Pagamento da Remuneração:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), de resgate decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definida) ou de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme abaixo definida), nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente, sem carência, sendo o primeiro pagamento devido na data a ser indicada na Escritura de Emissão e o último, na Data de Vencimento (cada uma, uma

“*Data de Pagamento da Remuneração*”), conforme a tabela a ser prevista na Escritura de Emissão; **(u) Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures:** observado o disposto na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido na data a ser indicada na Escritura de Emissão e o último, na Data de Vencimento (cada uma, uma “*Data de Amortização*”), conforme tabela a ser prevista na Escritura de Emissão; **(v) Garantia Fidejussória:** em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, incluindo o Valor Garantido (conforme definido abaixo), a Fiadora, de forma irrevogável e irretroatável, presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, em caráter solidário com a Emissora, pelo pagamento de quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão (“Fiança”). O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui **(a)** o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados nos termos da Escritura de Emissão; bem como **(b)** todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas e custas judiciais, extrajudiciais, honorários e despesas com assessor legal, honorários e despesas com Agente Fiduciário, banco liquidante, escriturador, B3 e verbas indenizatórias, quando houver e desde que comprovadas, nos termos do artigo 822 do Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“*Código Civil*” e “*Valor Garantido*”). A garantia representada pela Fiança será resolvida, de pleno direito, em relação à Fiadora, caso a Automob Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.654.688/0001-08, com sede na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Ayrton Senna da Silva, s/n, Lotes B3 e B4, Distrito Industrial, CEP 78098-282 (“*Automob*”), realize oferta pública inicial de ações (“IPO”), no Brasil ou no exterior, ou tenha realizado transação com efeitos similares, sendo certo que, nesse caso, a Emissora deverá realizar uma Oferta de Resgate Antecipado para Liberação da Fiança (conforme definida abaixo), e a Automob deverá passar a figurar como outorgante da Fiança prestada nos termos da Escritura de Emissão (“*Substituição da Fiadora*”); **(w) Resgate Antecipado Facultativo Total:** a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após 24 (vinte e quatro) meses (inclusive) contados da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures), com o seu consequente cancelamento, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão (“*Resgate Antecipado Facultativo Total*”). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao **(i)** Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido **(ii)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, e **(iii)** de prêmio de resgate antecipado incidente sobre os montantes indicados nos itens (i) e (ii) acima, conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão, observados os demais termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(x) Oferta de Resgate Antecipado para Liberação da Fiança:** exclusivamente na hipótese da Automob realizar um IPO, no Brasil ou no exterior, ou ter realizado transação com efeitos similares, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, exonerar a Fiadora da Fiança prestada nos termos da Escritura de Emissão, caso em que, como condição para tal exoneração, além da Substituição da Fiadora, a Emissora deverá, obrigatoriamente, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada oferta obrigatória de resgate antecipado destinada a parte das Debêntures), endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão (“*Oferta de Resgate Antecipado para Liberação da Fiança*”). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado para Liberação da Fiança será equivalente **(i)** ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido **(ii)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado, acrescido dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures. Para que não restem dúvidas, não haverá incidência de prêmio na hipótese de Oferta de Resgate Antecipado para Liberação da Fiança, observados os demais termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(y) Oferta de Resgate Antecipado Facultativo:** a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial das Debêntures), endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo (“*Oferta de Resgate Antecipado Facultativo*” e, em conjunto com a Oferta de Resgate Antecipado para Liberação da Fiança, “*Oferta de Resgate Antecipado*”). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente **(i)** ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido **(ii)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado, acrescido dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; e **(iii)** se for o caso, de prêmio de resgate antecipado, se houver, o qual não poderá ser negativo, a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, aplicando-se sobre o valor total dos itens (i) e (ii) acima um prêmio informado pela Emissora no edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, observados os demais termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(z) Aquisição Facultativa:** a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, bem como os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“*Resolução CVM 77*”) e demais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observados os demais termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(aa) Amortização Extraordinária Facultativa:** a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após 24 (vinte e quatro) meses (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures (“*Amortização Extraordinária Facultativa*”). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Amortização Extraordinária Facultativa, será equivalente a parcela do (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debentures a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa (exclusive); e (iii) de prêmio de incidente sobre os montantes indicados nos itens (i) e (ii) acima, conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão, observados os demais termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(bb) Repactuação Programada:** não haverá repactuação programada das Debêntures; **(cc) Encargos Moratórios:** sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento pecuniário até a data do efetivo pagamento, à 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança (“*Encargos Moratórios*”); **(dd) Vencimento Antecipado:** observados os termos da Escritura de Emissão, as Debêntures e todas as obrigações constantes na Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, na ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos na versão final da Escritura de Emissão, sendo certo que a qualificação (automático ou não automático), prazos de curas, limites e/ou valores mínimos (*thresholds*), especificações, ressalvas e/ou exceções em relação a tais eventos serão negociados e definidos na Escritura de Emissão; **(ee) Classificação de Risco:** não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Debêntures; **(ff) Demais Termos e Condições:** todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão e/ou às Debêntures serão tratadas na Escritura de Emissão. **(ii)** a autorização e delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e da Oferta, bem como à prestação e constituição da Fiança, incluindo, mas não se limitando, à celebração dos seguintes contratos e seus respectivos aditamentos, caso necessário: **(a)** do Contrato de Distribuição; **(b)** da Escritura de Emissão; e/ou **(c)** dos demais documentos e seus eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e da Oferta; e **(iii)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Diretoria da Companhia ou por seus procuradores, para a consecução da Emissão e/ou da Oferta. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. 21 de janeiro de 2026. Mesa: Presidente: Adalberto Calil; e Secretária: Maria Lúcia de Araújo. Conselheiros Presentes: Fernando Antonio Simões, Adalberto Calil, Fernando Antonio Simões Filho, Alvaro Pereira Novis e Paulo Sérgio Kakinoff. *Cópia Fiel do original Lavrado em Livro Próprio. Maria Lúcia de Araújo - Secretária da Mesa.*




GUIA GRATUITO


ONDE

→ INVESTIR

EM 2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acesse agora o material gratuitamente!





PREFEITURA DE SÃO PAULO

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

ERRATA

ERRATA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/SMIT/2025 - Processo SEI nº 6023.2025/0000482-0 - Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de solução integrada para processamento, otimização de dados não estruturados, transformação de registros analógicos em bases digitais e preservação de ativos informacionais, com migração assistida de suportes físicos para ambientes estruturados e recuperação inteligente, a serem executados com regime sem dedicação exclusiva de mão de obra - Veiculado no dia: 23/01/2026 no Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO PGB09 - Onde se lê: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/SMIT/2025. Leia-se: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/SMIT/2026 - Ficam ratificados todos os demais termos do Edital e seus anexos, que não conflitam com o presente.

Sindicato Intermunicipal de Lavanderias no Estado de São Paulo - SINDILAV

CNPJ 47.463.195/0001-70

Diretoria Eleita em 26 de Setembro de 2025

Mandato de 24 de Janeiro de 2026 a 23 de Janeiro de 2030

Edital de Posse da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Delegados Representantes Junto à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - FECOMERCIOSP

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de 2026, sexta-feira, às 18 horas, reuniu-se o Presidente em Exercício do Sindicato Intermunicipal de Lavanderias no Estado de São Paulo - SINDILAV, Everth Alves Bonavolontá, com a Diretoria eleita em pleito de 26 de setembro de 2025, para um mandato de quatro anos, iniciando-se em 24 de janeiro de 2026 e findando-se em 23 de janeiro de 2030.12.271/0001-36, ficando constituídos os cargos, conforme a ordem de menção da chapa inscrita e que foi eleita: Diretoria: Presidente: Everth Alves Bonavolontá (CPF 124.470.748-16) - E. Alves Bonavolontá Lavanderia Ltda. - CNPJ 10.312.271/0001-36; Vice-Presidente Financeiro: Gustavo Fabiano (CPF 290.089.468-90) - Atmosfera Gestão e Higieneização de Têxteis S.A. - CNPJ 00.886.257/0007-88; Diretor Administrativo: Marcello Augusto de Ninno (CPF 300.665.108-13) - Magnus Lavanderia Industrial Ltda. - CNPJ 01.401.312/0001-70; Diretor de Relações Sindicais: Valmir Campanholli (CPF 758.698.378-04) - Lavanderia Industrial São Bernardo Eireli. - CNPJ 59.147.769/0001-80; Diretor do Segmento Hospitalar: Marcio Fontoura Granato (CPF 179.596.878-89) - Lavsim Higieneização Têxtil S.A. - CNPJ 35.458.200/0001-57; Diretor do Segmento Industrial: Thomas Takashi Otonari (CPF 325.915.208-36) - Lavanderia Super Branco Ltda. - CNPJ 43.596.683/0001-02; Diretoria Suplente: André Affonso Dias (CPF 316.059.388-66) - Uniclean Higieneização e Locação Ltda. - CNPJ 32.447.144/0001-87; Carlos Alfredo Faria Crociati (CPF 093.466.098-00) - Lavanderia Kaiowaa S.A. - CNPJ 08.873.956/0001-00; Sergio Soares de Oliveira (CPF 161.489.038-22) - Lavanderia Ltda. - CNPJ 50.364.273/0001-93 - Conselho Fiscal: Cida Cordeiro Próspero (CPF 111.311.968-58) - Lavanderia e Tinturaria Sol e Sabão Ltda. - CNPJ 53.179.628/0001-62; Sara Gonçalves Lemos de Souza (CPF 996.644.298-72) - Lavanderia Dakavili Ltda. - CNPJ 96.603.071/0001-58; Marcos Sevieri (CPF 043.623.408-40) - Texas Jeans Lavanderia Ltda. - CNPJ 58.274.200/0001-12. Delegados Representantes junto à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - FECOMERCIOSP: Everth Alves Bonavolontá; Marcos Sevieri. Em seguida, o Presidente Everth Alves Bonavolontá conclamou os integrantes da nova Diretoria a prestar o solene compromisso de dirigir o Sindicato de acordo com o que prescreve o Estatuto Social e a Constituição Federal do Brasil, o que foi feito em conjunto. Prestado o compromisso, o Presidente, então, declarou empossada a Diretoria, o Conselho Fiscal e os Delegados Representantes junto à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - FECOMERCIOSP. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e, às 18:50 horas, encerrou a reunião.

São Paulo, sexta-feira, 23 de janeiro de 2026. Everth Alves Bonavolontá - Presidente do SINDILAV

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 26.23.02. CP – O(A) Secretaria de Infraestrutura, através do(a) seu(a) Agente de Contratação, torna público a Concorrência Pública do Tipo Técnica e Preço que realizará as 10h, do dia 23 de Março de 2026 no endereço eletrônico: <https://bl.org.br>. Concorrência Pública Nº 26.23.02.CP. Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de consultoria para o planejamento, desenvolvimento e a implantação das ações de fortalecimento produtivo, no âmbito do Programa de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Socioambiental de Itapipoca (PRODESA-CE). O Edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos: <https://bl.org.br/> - e <https://www.tce.ce.gov.br/licitacoes/consulta-licitacoes> e no endereço: Av. Monsenhor Tabosa, Nº 2853, Madalenas, Itapipoca/CE. Cleidiana Pereira de Araujo – Agente de Contratação(a).

TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

CNPJ nº 33.164.021/0001-00 - NIRE 35.300.020.014

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Data, Hora e Local:

15 de dezembro de 2025, às 11:00 horas, na sede social da Tokio Marine Seguradora S.A., localizada na Rua Sampaio Viana, nº 44, Paraíso, cidade e Estado de São Paulo, CEP 04004-902 (“Tokio Marine” ou “Sociedade”).

2. Convocação e Presença:

Presentes as Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no livro de Presença de Acionistas. Dispensada a convocação prévia, nos exatos termos do disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 1976.

3. Composição da Mesa:

Sr. José Adalberto Ferrara, Presidente; Sr. João Luiz Cunha dos Santos, Secretário.

4. Ordem do Dia:

(i) Aprovar a proposta do Conselho de Administração da Sociedade de pagamento de Dividendos Complementares às Acionistas; e (ii) Estipular data para pagamento dos Dividendos Complementares.

5. Deliberações:

Discutida a matéria, a Assembleia Geral, por unanimidade de votos e sem ressalvas: 5.1. Aprovou o pagamento de Dividendos Complementares às Acionistas, no importe de R\$ 717.000.000,00 (setecentos e dezessete milhões de reais), a serem debitados à conta de Reserva Estatutária de Lucros, apurados com base nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, correspondendo a R\$ 166.627,933999535 por ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, sem retenção do imposto de renda na fonte, conforme proposta do Conselho de Administração da Sociedade em reunião realizada em 2 de dezembro de 2025; 5.2. Fixou a data de 19 de dezembro de 2025 para a realização dos pagamentos dos Dividendos Complementares às Acionistas, sem qualquer remuneração a título de atualização e juros, conforme deliberado no item 5.1., autorizando a Diretoria Executiva a adotar as providências necessárias para a implementação das deliberações aprovadas.

6. Documentos Arquivados na Sede Social:

Procurações e demais documentos de suporte aos Dividendos Complementares.

7. Encerramento:

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia e lavrada esta ata na forma de sumário dos fatos, conforme outorga o disposto no artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404, de 1976, que após lida foi aprovada.

8. Assinaturas:

Sr. José Adalberto Ferrara - Presidente; Sr. João Luiz Cunha dos Santos - Secretário; Acionistas presentes: Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co. Ltd. e Meiji Yasuda Life Insurance Co. Ltd., ambas representadas neste ato pelo Diretor-Presidente Sr. José Adalberto Ferrara.

9. Declarações:

Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da versão original lavrada no livro próprio e que são autênticas as assinaturas nela apostas. São Paulo (SP), 15 de dezembro de 2025. João Luiz Cunha dos Santos - Secretário da mesa. JUCESP nº 18.492/26-5 em 06/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.